

**INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS: O INSPETOR ESCOLAR COMO AGENTE DO PROJETO RACIONALIZADOR MINEIRO (1927-1938)**

*Public instruction in Minas Gerais: the school inspector as an agent of the rationalizing project of Minas Gerais (1927-1938)*

Rosa Maria de Sousa Martins<sup>1</sup>

Carlos Henrique de Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo tem por finalidade apresentar as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas, no âmbito do projeto racionalizador mineiro, no movimento de organização da instrução pública, entre 1927 e 1938, por meio da análise de legislações educacionais, mensagens presidenciais, textos publicados na Revista do Ensino, atas de reuniões de professores, relatórios dos inspetores. Para compreendermos como o inspetor escolar se transformou em um agente da proposta de racionalizar e desenvolver o estado, a partir do processo de organização da instrução pública, fizemos um mapeamento das principais reformas educacionais, ocorridas nesse período, buscando destacar as mudanças administrativas e pedagógicas, bem como a reorganização do serviço de inspeção técnica do ensino e a redefinição das atribuições do inspetor escolar.

**Palavras-Chave:** Reformas Educacionais, Inspeção do Ensino, Inspetor Escolar, Racionalização.

**ABSTRACT**

This article aims at presenting the strategies issued by the reformers of Minas Gerais, in order to bring about pedagogical changes within the boundaries of the State in its rationalizing Project, from 1927 to 1938. To carry out this purpose, educational legislation, presidential messages, texts published in teaching magazines, teachers meetings protocols and reports of the inspectors were picked out. To understand how the school inspector became an agent of the Project, proposed by the State, having as basis the process of organization of the public instruction, a mapping of the main educational reforms of the period was designed, searching for the administrative and pedagogical changes, as well as for the organization of the technical inspection of teaching service and the redefinition of the roles of the school inspector.

**Keywords:** Educational Reforms, Inspection of Education, School Inspector, Rationalization

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social no Setor Pedagógico da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rosadsmartins@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado concluído na Universidade de Lisboa. Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: carloshcarvalho06@yahoo.com.br

Na consolidação da República brasileira (1889–1930), o processo de federalização teve impactos na responsabilidade pela educação pública. Havia confiança na força da instrução pública estadual como instância difusora do novo ideal de sociedade. À escola primária couberam finalidades várias e expectativas ambiciosas, com ênfase em moldar o caráter das crianças — futuros trabalhadores — inculcando nelas virtudes morais e normas de civilidade, assim como consolidar a ideia de nação, divulgando valores cívico-patrióticos — a exemplo do amor à pátria. Em vista disso, as reformas educacionais introduziram mudanças significativas nos campos administrativo, pedagógico, no sistema de fiscalização do ensino e, sobretudo, nas atribuições do inspetor escolar, transformando-o em um agente articulador das novas propostas pedagógicas.

A leitura da legislação estadual e outros textos oficiais deixa entrever a necessidade de a escola ser ampliada a todos os segmentos da sociedade, guiada por um ideal de desenvolvimento que tinha na educação uma força central. Assim, seria necessário modificar as bases da escola, como propôs o movimento escolanovista ao tentar levar a campo, no Estado, um pensamento pedagógico, uma visão de educação coerente com ideais republicanos para instituir um ensino mais científico e racional em Minas Gerais.

Para compreender as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas no âmbito de um projeto racionalizador mineiro, focalizando a importância do serviço da inspeção escolar nesse processo, analisamos as diversas reformas educacionais, ocorridas entre 1906 e 1938, as mensagens presidenciais, os textos publicados na Revista do Ensino, as atas de reuniões de professores e os relatórios de inspetores.

No processo de análise, destacamos a Reforma João Pinheiro, de 1906, que buscou organizar o sistema de instrução pública, mediante a reformulação do ensino primário e normal, a implantação dos grupos escolares, a criação da Escola Normal da Capital, a introdução do método de ensino intuitivo aliado a uma educação intelectual, moral e física e ainda a estruturação de um complexo sistema de fiscalização, que instituiu a inspeção administrativa e a inspeção técnica do ensino, atribuindo ao inspetor escolar a função de fiscalizar o funcionamento das escolas e prestar assistência técnico-pedagógica aos professores, para formar o cidadão e adequá-lo às exigências dos novos tempos.

Salientamos também a Reforma Francisco Campos, de 1927, que surgiu em um momento de efervescência ideológica e educacional, com a intenção de introduzir um novo modelo educacional, capaz de racionalizar a educação e modernizar o estado. Desse modo, essa reforma modificou as bases da escola, renovou o ensino primário e o normal, instituiu um ensino científico e racional, baseado nos referenciais pedagógicos defendidos pelo movimento escolanovista.

Como se não bastasse, propôs a revisão das formas tradicionais de aprendizagem, introduziu o método de ensino “ativo”, valorizou o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, moral e intelectual do educando, a partir das disciplinas Biologia e Psicologia, colocou a criança no centro do processo, preocupou-se com a formação e a atuação do professor, reorganizou o serviço de inspeção do ensino e transformou o inspetor escolar em articulador das proposições técnico-pedagógicas introduzidas pela reforma.

### “Assistentes Técnicos”: articuladores dos novos métodos e técnicas de ensino

O processo seletivo e o curso de aperfeiçoamento conferiram aos novos inspetores escolares, os assistentes técnicos, legitimidade para atuarem como agentes do governo, no movimento de renovação educacional e promotores de uma nova metodologia de ensino. Os documentos analisados, os relatórios “termos de visitas”, as atas de reuniões de professores e, sobretudo, os artigos dos inspetores publicados na Revista do Ensino mostraram como fiscalizaram as escolas e interferiram nas práticas pedagógicas dos professores, no sentido de orientar e estimular o uso dos novos procedimentos pedagógicos.

Conforme determinou o Regulamento do ensino primário para orientar e “pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primário, a sua organização e os seus methodos” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1279), os inspetores escreveram sobre a finalidade, os conceitos, as características e a metodologia da Escola Nova.

Os assuntos mais abordados foram os conceitos vinculados aos princípios da escola ativa, como por exemplo, a disciplina e a liberdade, as matérias de ensino mais importantes para a formação do aluno, como planejar as aulas e a importância de planejá-las previamente, o valor dos testes psicológicos e pedagógicos no processo de homogeneização das classes, os problemas detectados em relação à prática escolar e os resultados na aplicação dos novos métodos e técnicas de ensino. No quadro a seguir relacionamos diversos artigos escritos pelos inspetores, publicados na Revista do Ensino, entre 1928 e 1935:

**Quadro I** - Artigos publicados na revista do ensino pelos assistentes técnicos (1928-1935)

TÍTULO	AUTOR	FONTE	PÁGINA
A Escola Nova	Benjamin Ramos Cesar	N. 25, jan. 1928	4-7
Primeiros Fructos	Maria Luísa Almeida Cunha	N. 29, Jan. 1929	65-66
Não preparou a lição.	F.F.	N. 30, fev. 1929	86
Escola nova: problemas a resolver	Oscar Arthur Guimarães	N. 35, julh.1929	44-46
A disciplina na liberdade - Do livro “L’Aube de l’École Sereine em Italie”	Adolfo Ferrière, - Tradução de João Baptista Santiago	N. 38, out.1929	46-51
Ensino Normal	João Batista Santiago	N. 42, fev. 1930	58
Escola Nova	Oscar Arthur Guimaraes	N. 45, mai.1930	70-71
A Escola Activa	Levindo Furquim Lambert	N. 47, julh.1930	48-49
O problema da Inspeção e a educação nova	Maria Luiza Almeida Cunha	N. 59, 60, 61, julh/ago/ set.1931	50 – 65
Homogeneização das classes Juiz de fora.	Oscar Arthur Gumarães	N. 65,66, 67 jan/ fev/mar1932	35-40
Excursão em grupo escolar de Divinópolis	João Batista Santiago	N. 65,66, 67 jan/ fev/mar1932	105-121

Comentário sobre os relatórios referente a homogeneização das classes escolares	Maria Luiza Almeida Cunha	N. 68.69.70 abr./ mai/ jun.1932	22-29
Nossa experiência. As provas escritas	Levindo Furquim Lambert	N. 77 dez. 1932	66-67
Instrução Primária de Minas	Luiz Ernesto	N. 92 Julh.1933	60
Planos de aula	J. Emidio	N. 92 Julh.1933	61-64
Arte de ler	Adherbal Alvarenga	N. 92 Julh.1933	64-65
O problema da educação	Diva de Carvalho Faria	N. 93 ago. 1933	45-57
Práticas Escolares	Duntalmo Praseres	N. 96 nov.1933	11-13
Divulgação dos ideaes da Escola Nova	João Batista Santiago	N. 104 julh.1934	12-15
Leitura explicada	Ernesto de Mello Brandão	N. 104 julh 1934	32-33
Escola, sala, classe, aula.	Abel Fagundes	N. 104 julh.1934	34-35
A nutrição das “creanças”	Salvador Pires Pontes	N. 104 julh 1934	73
As modificações na reforma do ensino	Oscar Arthur Guimarães	N. 109 dez1934	27-29
A pré-história da Pedagogia Actual	Benjamin Ramos Cesar	N. 113 abr 1935	12-16

Fonte: Revistas do Ensino. Arquivo Público Mineiro.

Após um ano da implantação da Reforma Francisco Campos, com intuito de avaliar a aplicação da lei, na execução dos programas, a assistente técnica do ensino, Maria Luiza de Almeida Cunha, publicou o artigo “Primeiros Fructos”. Nesse artigo, a inspetora solicitou aos diretores uma síntese das realizações, em torno das novas orientações pedagógicas:

Terminamos o primeiro anno lectivo em que vigorou a reforma Francisco Campos. Seria interessante e proveitoso que cada director de grupo apresentasse uma syntese dos trabalhos realizados á luz da nova directriz. Saberíamos assim verificar os principaes obices á execução dos programmas, auscultaríamos as possibilidades de estender ou restringir estes ou aquelles assumptos, observaríamos si o espirito novo de actividade já se infiltrou, e até onde, na grande massa dedicada do professorado (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65).

Depois de receber e analisar os documentos enviados pelas escolas infantis da Capital, Maria Luiza de Almeida Cunha (1929) declarou:

Aos que sonhamos, talvez utopicamente, com a “escola viva”, haurindo do próprio meio os materiaes necessários ao ensino, elaborando as intelligencias na observação e na espontaneidade ao envez de petrificá-las num ensino passivo. [...], já é animadora, douradamente promissora a mésse de documentos colhidos relativos aos processos decrolyanos. Uma simples analyse das photographias que reproduzimos e que são das Escolas Infantis da nossa Capital revelam que é possível, que é exequível o methodo em nosso meio [...]. As photographias revelam que nossas professoras já se têm convencido do valor educativo do desenho; e, carinhosas, têm colleccionado essa documentação em archivo precioso para “nossos” trabalhos de psychologia infantil. É tão necessário elaborarmos os “nossos” “testes” para as “nossas” crianças! Constituirão elementos de tal ordem uma contribuição de inestimável valor. O observador que se queira dar ao trabalho verificará que as modelagens tem a linha “canhestra” da inhabilidade infantil (porque não foram feitas para effeitos de

exposição pelas mãos mais hábeis de suas professoras), mas que revelam a observação e a capacidade realizadora das crianças. (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65-66)!

Conforme os registros assinalados acima, os professores estavam aplicando os novos princípios pedagógicos, no que diz respeito aos processos “decrolyanos”. Daí constatou-se que as professoras tinham compreendido o seu valor educativo e que era possível praticar o método de ensino Decroly<sup>3</sup> na sala de aula. No artigo a inspetora ressaltou o valor educativo do desenho das crianças para a realização dos testes psicológicos e elogiou o trabalho das professoras:

Os quadros collectivos denotam que o trabalho em comum já vae prendendo, aconchegando os elementos da classe. Enfim sentimos ao manusear esses documentos que o espírito da escola activa já se infiltra em nossos estabelecimentos de ensino. Que elle se desenvolva, que cresça, que se fortaleça “vitaminizando” as nossas queridas casas de educação para que, de facto, possamos assegurar que Minas pharoleja a instrução brasileira (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65-66)!

Como foi descrito anteriormente, o método propõe que o ensino seja baseado num centro de interesse, no caso, o reino mineral, as pedras. Para atingir a aprendizagem, o conteúdo é ministrado nas diversas matérias e em três etapas, que envolvem atividades físicas e mentais. O centro de interesse deveria estar ligado à vida e à realidade dos alunos, para ensiná-los a viver e capacitá-los para compreenderem os problemas da vida e do país. Assim, poderiam trabalhar melhor, em benefício próprio e do progresso nacional.

Segundo o assistente técnico, Raimundo Ramos Cesar (1928), no artigo ‘Escola Nova’, o sucesso da ação educativa dependia muito da habilidade dos professores, no sentido de “abastecer a inteligência do aluno de conhecimentos seriados, partindo de um conceito nuclear para o qual convirjam as noções sucessivamente adquiridas”, para despertar, desenvolver e fortalecer “a função intelectual [...] pelas impressões do meio, sem esforço e sem fadiga” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 4).

Para tornar o trabalho dos mestres mais eficiente ainda, foi instituída a classificação e a separação dos alunos em níveis de idade, escolaridade e inteligência. Nesse sentido, o assistente técnico, Oscar Arthur Guimarães, no artigo sobre a Homogeneização das classes de Juiz de fora, declarou: “resolvemos estabelecer um serviço permanente de exame e classificação, para atender aos alunos que se matriculam durante o ano” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 38).

Entretanto, segundo as declarações de Maria Luiza de Almeida Cunha<sup>4</sup> (1932), a “aplicação dos ‘tests’ para homogeneização das classes em nossos Grupos escolares [...] Como é natural, a compreensão, a identificação com a técnica de aplicação e finalidade do test não foram uniformes nem espontâneas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 22). Por certo havia dificuldades ligadas à organização escolar, à falta de materiais, de preparo dos professores e resistência em aceitar as inovações.

<sup>3</sup> No artigo 303 ficou estabelecido que: “O curso das escolas urbanas compreenderá [...] noções de *cousas* em torno dos centros de interesse infantil, de acordo com o método Decroly” (MINAS GERAIS, 1927, p.1228).

<sup>4</sup> Assistente Técnica de Ensino do Estado.

O resultado de um bom trabalho na escola primária dependia, também, do trabalho a ser realizado em relação à higiene, à saúde e à alimentação dos alunos, porque, como ressaltou Salvador Pires Pontes<sup>5</sup>, no artigo A nutrição das “creanças”: “A creança bem nutrida tem assegurado o seu desenvolvimento harmônico, tem maior resistência orgânica e mais probabilidade de êxito escolar” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.72).

Ademais, conforme indicou Oscar Arthur Guimarães<sup>6</sup> em “Escola nova: problemas a resolver” (1929), “O individuo mal alimentado não pode ter a predisposição necessária para o trabalho”. Se a escola não podia “ir directamente auxiliar as classes pobres, facilitando-lhes meios de vida e provendo-as de alimentos”, deveria então, “suavizar o mal, fornecendo regras de economia e de rendimento maior no trabalho” e ainda, como “medida de urgente necessidade” oferecer “a merenda escolar”, provida pela caixa escolar, só isso já constituía “um grande passo” (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 44-46).

Para minimizar as dificuldades de alimentação, de vestuário, de medicação, principalmente dos “menores indigentes, proporcionando-lhe meios de, com asseio e decencia, frequentarem os estabelecimentos de instrução primária” o estado buscou a cooperação das “Associações das mães de família, dos Conselhos Escolares Municipais, das Caixas Escolares e dos Fundos Escolares” e das “associações de alumnos nos moldes dos chamados pelotões e cruzadas de saúde” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1201-1206)<sup>7</sup>.

Em reunião pedagógica, as professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberlândia-MG, trataram sobre a formação dos pelotões de saúde:

foi pedido a professora D. Maria José Brandão Risola que expusesse o projeto previamente preparado cujo escopo foi a utilidade e necessidade de ser fundado o “Pelotão de Saúde”, depois de discorrer com proficiência, concluiu, pedindo opinião de todas as colegas, expondo que seria de ótimo resultado se a fiscalização higiênica, tanto do recinto escolar como dos alunos do estabelecimento, fosse executada pelo “Pelotão de Saúde”. Ficou então resolvido que nas quartas e sábados a inspecção será feita pelos alunos de tão benemérita associação (ATA DE REUNIÃO, 1933).<sup>8</sup>

A partir da reunião, as professoras organizaram o pelotão de saúde. Assim, os alunos também ajudariam na formação da moral e dos bons costumes, fiscalizando a higiene e a saúde escolar. Para nortear essa fiscalização, a lei criou diversos deveres higiênicos:

1. Manter asseio corporal e do vestuário.
2. Cuidar dos dentes, olhos e ouvidos.
3. Ter as unhas e os cabelos limpos e tratados.
4. Conservar as mãos asseadas e não levá-las à bocca.
5. Usar o lenço e ter o seu copo para beber água.
6. Tomar as refeições devagar e em horas determinadas.

<sup>5</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO n.º. 34 de junho de 1929.

<sup>6</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO n.º. 34 de junho de 1929.

<sup>7</sup> Decreto n.º 7.970-A, de 1927.

<sup>8</sup> Aos 23 dias do mês de março de 1933, às 9 horas da manhã, num dos salões do Grupo Escolar Julio Bueno Brandão de Uberlândia-MG, realizou-se a “Leitura” de quinta-feira de acordo com o Regulamento de Ensino Primário em vigor.

7. Dormir em quarto arejado e respirar pelo nariz.
  8. Fazer diariamente exercícios de gymnástica.
  9. Prevenir-se contra a varíola e outras moléstias.
  10. Não jogar, não fumar, não beber.
- (MINAS GERAIS, 1927, p. 1719- 1720).<sup>9</sup>

Os cuidados com a saúde e com a higiene pessoal eram parte da preparação de um corpo saudável e vigoroso para o trabalho e a formação de “cidadãos prestantes”, cumpridores de “seus deveres na escola, em casa e na cidade” (MINAS GERAIS, 1927, p.1557).<sup>10</sup> Os resultados dependiam da ação de profissionais competentes, dedicados e empenhados na conquista desse ideal. Em vista disso, os inspetores foram selecionados e treinados para não só orientar os professores no cumprimento do que estava previsto na lei, mas também para convencer o público escolar e estimulá-lo na aplicação dos novos referenciais pedagógicos.

Conforme foi publicado no artigo “Escola Nova”, o assistente técnico, Oscar Arthur Guimarães, discursou assim na Escola Normal de Juiz de Fora: “Quero appellar para o civismo do professorado mineiro no sentido de que, renovando o proposito de bem encaminhar o trabalho [...] empunhe bem alto a bandeira da Escola Nova” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 71), para fazer da escola um “viveiro” de cidadãos.

Na mesma direção, os trechos do relatório do assistente técnico, João Batista Santiago<sup>11</sup>, no artigo “Ensino Normal”, mostraram suas orientações de como os professores deveriam conduzir as disciplinas, tendo em vista que o objetivo do curso era preparar, de maneira adequada, os futuros mestres para aprenderem a realizar de forma racional e eficiente, a “obra educativa”, conforme foi estabelecido na Reforma Francisco Campos:

Realmente, parece que não basta preparar bem a alumna em Arithmetica ou Lingua Patria, em Sciencias Naturaes ou Geographia. Parece que em uma escola profissional, cada professor deve ter sempre em vista a profissão que seus alumnos vão exercer, dando, por isso mesmo, ao ensino uma feição que sirva de norma aos futuros profissionaes. Assim, sendo, é sempre necessário que o professor de uma escola normal não seja apenas um grande philologo ou um profundo mathematico - mas que esteja em dia com as modernas conquistas pedagógicas e a evolução da arte de ensinar do ponto de vista psychologico, evitando implantar, pelo exemplo, falsos princípios e hábitos condemnavéis que irão reflectir de maneira nefasta na attitude dos futuros professores. Todo ensino em escola normal devia ter como objectivo a formação de professores e não o fornecimento de conhecimentos sem uma finalidade determinada, como vem sendo feito, até hoje, pelo menos nas escolas por que tenho passado como fiscal. [...] Os princípios da escola activa, com todas as suas vantagens, não só pedagogicas, mas também moraes e sociaes, devem ser implantadas nas escolas, que tem de fornecer os mestres de amanhã, si é que querem transmutar em realização o formoso ideal do ensino que é o próprio espírito da reforma Francisco Campos (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 58).

<sup>9</sup> Decreto n.º. 8.094, de 1927.

<sup>10</sup> Decreto n.º. 8.094, de 1927.

<sup>11</sup> Aparece no artigo como assistente técnico do ensino.

Segundo o inspetor, era conveniente, interessante e necessário que os professores do curso Normal ministrassem, não apenas as disciplinas acadêmicas, de cunho teórico e especulativo, mas principalmente as disciplinas pedagógicas, que tinham a finalidade de formar os professores na arte de ensinar, conforme os princípios da escola ativa.

Levindo Furquim Lambert<sup>12</sup> (1930), no artigo sobre “A escola Activa”, considerou o seguinte, a escola ativa “está ainda mal compreendida em muitos educandários”, porque estão confundindo “o conceito de actividade com o de indisciplina; o de liberdade com o de desordem” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p.48). Conforme o artigo de João Batista Santiago (1929), na escola ativa, “a força não deve intervir”, porque a disciplina deve ser fruto da “educação da vontade” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 49-50)<sup>13</sup>. As diretrizes da escola ativa preconiza que é importante entender o seguinte: “si a escola desperta o interesse dos alumnos; si se adapta ás condições personalíssimas da idade infantil; si consulta ás necessidades, satisfaz a curiosidade e incita a actividade da creança – a escola é certamente activa” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p.48).

Na escola ativa as atividades escolares, como por exemplo: a leitura, o estudo, os jogos, as brincadeiras, as excursões, a ginástica, os trabalhos manuais e os trabalhos em grupo deveriam ser desenvolvidos de acordo com o interesse e a necessidade da criança, visando modelar a conduta e formar bons hábitos, principalmente, os de cooperação, de responsabilidade e de disciplina, elementos considerados importantes na produção de uma sociedade moderna.

A disciplina a ser conquistada pelo professor é a que diz respeito à capacidade de dirigir as atividades didáticas, a cooperação e o interesse da criança para uma finalidade educacional específica de corrigir e melhorar a conduta da criança, para depois ser capaz de exercer “a sua influencia sobre a sociedade” na forma de hábitos e costumes (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p.14).

Para conquistar essas características, é necessário estimular o hábito de ler e o gosto pelo estudo. Nesse sentido, o assistente técnico, Adherbal Alvarenga (1933)<sup>14</sup>, escreveu sobre a “Arte de ler”, orientou os professores como ensinar a ler bem, recomendou alguns autores: Ruy Barbosa, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, Olavo Bilac, etc e afirmou “Um dos segredos do saber consiste em bem lêr. Uma leitura feita às pressas, como uma refeição rapidamente tomada, só pode ser indigesta, mas nunca assimilada” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 64).

Ernesto de Mello Brandão<sup>15</sup> (1934), no artigo “Leitura explicada”, relatou como aplicou os princípios da escola ativa à aula de leitura em uma “classe de 4º ano primário”, descreveu que orientou os próprios alunos para escolherem os textos de estudo, depois

<sup>12</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO n°. 34 de junho de 1929.

<sup>13</sup> Texto intitulado: A disciplina na liberdade, retirado do livro “L’Aube de l’École Sereine em Italie”, de A. Ferrière, tradução para um dia de Leitura, pelo Assistente tecnico João Batista Santiago.

<sup>14</sup> Aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO n°. 34 de junho de 1929.

<sup>15</sup> Foi inspetor em Uberaba em 1918, conforme Relatório de visita realizada às escolas de Uberaba, 30 de nov.1918. Arquivo Público Mineiro. Códice: SI 3798. Assinou o artigo como Assistente Técnico do ensino e também aparece na REVISTA DO ENSINO n°. 92 de julh. de 1933, como Assistente.

solicitou para formarem grupos de cinco ou seis, trabalhou o texto, retirando a ideia principal e as palavras desconhecidas e no final, os alunos fizeram a leitura interpretada e explicada, o inspetor ressaltou, ainda, que era importante o professor se preparar para atender os alunos “pondo-lhes o pensamento em exercício, de modo que eles sejam não apenas receptores da verdade, mas descobridores da verdade” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 33).

Desse modo, a escola “[...] deve estar em continuidade com a vida social, de que se constitui um prolongamento e dependência, pois se destina a transmitir, pela educação, os processos sociais em uso” (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p.14) e a aprendizagem precisa envolver “situações de vida social” (LOURENÇO FILHO, 1978, p.247), visando, principalmente, à sua utilidade social e econômica, conforme recomendou a inspetora do ensino, Mariana Noronha Horta:

Convém que as alunas trabalhem em marcenaria, o [ilegível] ensejo de educar através da realização e de dar direção própria, coordenação á [motilidade] natural da criança, a vida de exercícios físicos naturais. É o trabalho manual em madeira dos melhores ensejos ao exercício simultâneo de inteligência e realização, exigindo ininterrupta ginástica de raciocínio em cada técnica diferente – serrar, aparelhar, lixar, polir, envernizar, além do projeto do trabalho que deve ser a criação da própria criança e da ginástica corporal por sua vez viciada, como sejam, provimento do tronco, dos braços, das pernas, da cabeça, etc. Movimentar-se é um dos característicos da criança. Teremos partido pedagógico disso, orientando e coordenando essa motilidade para a ação. É pois, o trabalho em madeira que melhor consulta os interesses da pedagogia, conjugados aos da psicologia (RELATÓRIO, 1933).<sup>16</sup>

Como a escola tinha que se transformar em “um laboratório [...] de utilidades e valores da vida ordinária” (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p. 11), os assistentes técnicos deveriam estimular as professoras no uso da disciplina de trabalhos manuais, como um exercício de grande valor pedagógico, para oferecer aos alunos “oportunidades de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1200-1216)<sup>17</sup>.

Assim repetimos a afirmação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sobre a necessidade de preparar “a criança para viver na sociedade a que pertence [e para] compreender a sua participação na mesma” (MENSAGEM, 1928, p. 22). Mas os inspetores encontraram resistências entre os professores, como por exemplo, na preparação das lições.

Nos trechos do relatório de um assistente técnico<sup>18</sup>, intitulado: ‘Não preparou a lição’, verificamos práticas escolares, contrárias à norma regulamentar de como se deve preparar as lições. Segundo os relatos do inspetor, quando chegou para inspecionar a sala, verificou que a professora não havia planejado a aula, conforme as determinações do

<sup>16</sup> Relatório realizado no dia 11 de agosto de 1933. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Código: ME 2000/00662.

<sup>17</sup> Decreto nº 7.970-A, de 1927.

<sup>18</sup> Assistente Técnico identificado apenas com as iniciais de seu nome F.F.

## Regulamento do ensino:

A prova real de que a professora X não prepara devidamente as suas lições é esta: quando entrei em aula e logo depois de a ter cumprimentado, pedi que continuasse o trabalho. Estava justamente a chamar à lição de leitura os alumnos da classe. Em que página está a lição de hoje, Paulo? \_\_pagina 21. \_\_Então leia. \_\_Essa lição já foi dada! Gritaram três ou quatro. Ora, é incrível que uma professora consciente de seus deveres dê aos seus alumnos o espetáculo deprimente de não saber a quantas anda. Se Ella não sabe em que pagina está a lição que obrigação corre aos alumnos de o saberem? Nem se diga que o professor pergunta ás vezes para ver se o alumno não se distraiu ou se deixou de estudar a lição, porque há muitos meios de averiguar a desatenção e a vadiagem. O que tenho notado e que desejo que seja reprimido terminantemente é o descaso com que alguns professores encaram os seus deveres e começam as aulas sem saber, ao menos, o titulo da lição (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.86).

Após constatar o descumprimento da norma ao planejamento prévio das aulas, o inspetor afirmou o seu desejo de que fosse “reprimido” o “descaso” de “alguns professores” quanto aos “seus deveres”. Sobre esse aspecto, Emilio Moura, professor da Escola Normal de Dores do Indayá afirmou:

o que é preciso, o que é urgente, é que o professorado o compreenda. Pois o que resulta do próprio espírito do Regulamento é que este, creando esses cadernos, teve mais em vista naturalmente ir em auxilio dos professores do que mesmo crear um processo efficiente de fiscalização (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.43).<sup>19</sup>

A declaração do professor procurava demonstrar que o caderno de preparo das lições, mais que um recurso para auxiliar o professor no processo de aprendizagem, visava favorecer a reflexão sobre a prática educativa e, sobretudo, eliminar o improvisado e a execução mecânica dos programas. A despeito dessa declaração o caderno funcionava como instrumento de controle para fiscalizar.

Segundo o Regulamento, os cadernos de preparo das lições “[...] devem ser observados com intelligencia e convenientemente interpretados na sua execução, envolvendo o esforço do professor para “ser claro e expressivo na exposição e sóbrio na escolha dos factos destinados a illustrar as licções” (MINAS GERAIS, 1928, p.88)<sup>20</sup> e os professores eram “obrigados a preparar as suas licções, de maneira a tornar o ensino sempre attrahente e ao alcance da intelligencia dos alumnos” e os cadernos “destinados à preparação das licções devem sempre estar à disposição dos directores e assistentes técnicos (MINAS GERAIS, 1927, p. 1231).<sup>21</sup>

Exigiu-se, portanto, o planejamento prévio das lições: “Cada professor deverá ter um caderno de preparação das licções, no qual anotará dia-a-dia, indicações summarias

<sup>19</sup> Caderno de preparo de Lições. Revista do Ensino. Belo Horizonte Belo Horizonte Ano IV, n. 30, fev. 1929, p. 43-46.

<sup>20</sup> Decreto n° 8.162, de 1928.

<sup>21</sup> Decreto n° 7.970-A, de 1927.

relativas às lições a dar, assim como os trabalhos que forem designados aos alunos para a lição seguinte” (MINAS GERAIS, 1928, p.89).<sup>22</sup> De fato, a determinação se constituiu em um instrumento de vigilância do trabalho dos professores.

Os inspetores, em suas visitas, tinham que observar o cumprimento da lei e sempre orientar e estimular os professores. O assistente técnico, J. Emídio<sup>23</sup>, no artigo “Planos de aula”, relatou que fiscalizava o caderno das professoras com o intuito de auxiliar no planejamento das aulas:

No nosso trabalho de assistência ao Ensino, por onde temos andado, semeando humildemente os grãos da reforma, temos nos dedicado com atenção ao assunto. Puz-me a observar com estudo os cadernos dos professores, à procura de uma fórmula de plano, conseguindo esta em que pôde-se encaixar qualquer lição: Que vou ensinar? Como vou ensinar? Com que vou ensinar? É o objeto da lição, é o modo de ensinar, é o meio intuitivo. [...] Com este plano tive belas globalizações, para o que êle é adequadíssimo. [...] Quís, porém atender [melhor] às professoras, e descobri outro plano: Motivação da aula, Apresentação da lição do dia, com meios intuitivos. Aplicação, revisão. Pela sua facilidade caiu na simpatia geral o plano. [...] Às vezes a professora faz o plano, mas não prepara as lições. Lembrei-me então dos projetos. [...] Puz-lhes o nome de problemas de que dou aqui um: - certa pessoa vai abrir um negocio. Que precisa ela fazer? Que providencias há de tomar? [...] Com alegria verifiquei o prazer da professora e das crianças e com alegria vou continuando com os problemas... (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.61-64).

Já o assistente técnico, Levindo Furquim Lambert (1932)<sup>24</sup>, por meio do artigo: “Provas escritas” descreveu como estavam sendo feitos os testes de avaliação nas escolas visitadas por ele e revelou que havia ainda, muitos resquícios da “velha escola” no processo de avaliação. Isso demonstra que alguns professores contrapunham às inovações e se recusavam seguir a lei:

Na maioria dos casos, as provas de toda a classe são inteiramente iguais, palavra por palavra, letra por letra... Dessarte, tais provas revelarão o adiantamento do aluno e o rendimento do trabalho do professor? [...] inutilidade completa, porque falseia e oficializa uma prova que não prova outra coisa que não o regime da rotina e do pragmatismo. Ora é a decoração servil, que se encontra entre torneios caligráficos: ora é a cola inveterada, sem erros nem borrões, caprichosa e bem cuidada. [...] dando aos inspetores e assistentes técnicos o resultado de um trabalho bastante relativo. [...] Porque, pois, conservá-las nas escolas primárias, quando precisamente estas sofrem agora transformação mais radical nos seus princípios? Porque formar na infância o hábito pernicioso da decoração e da cola? Porque acostamá-la no falseamento da verdade? O ambiente da escola é o da própria sociedade: é o trabalho costumeiro da oficina, cujos obreiros se selecionam por suas aptidões naturais. [...] enquanto não tivermos devidamente organizados os tests que a Escola de Aperfeiçoamento vai

<sup>22</sup> Decreto nº 8.162, de 1928.

<sup>23</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

<sup>24</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

preparando sabiamente, o próprio caderno de trabalhos diários do aluno assegura uma prova honesta de seu adiantamento e do rendimento do ensino da professora. [...] Assim, o resumo da aula, os exercícios do dia, os apontamentos de lições, devem ser um registro cuidadoso e sintético, de maneira a formar no aluno o hábito da concisão e da simplicidade (REVISTA DO ENSINO, 1932, pp. 66-65).

Segundo o inspetor, todas as provas apresentavam o mesmo conteúdo, por esse motivo não representavam nem o desempenho do professor e nem o aproveitamento do aluno, portanto, seria melhor, eliminá-las da escola, para evitar a formação de hábitos perniciosos, como a memorização, a “cola” e o “falseamento da verdade”. Para representar melhor o “adiantamento” do aluno e o “rendimento do ensino da professora” foi sugerida a utilização de novos procedimentos metodológicos e a substituição das provas, como avaliação, pelo “registro” das atividades desenvolvidas na sala de aula, pelo aluno.

No artigo “Práticas escolares”, o assistente técnico, Duntalmo dos Praseres (1933)<sup>25</sup>, também escreveu sobre atitudes de professores contrárias à nova pedagogia: “Há, ainda hoje, depois das grandes conquistas da pedagogia, [...] quem defenda práticas [...] verdadeiramente extravagantes e absurdas. [...] venho lembrar aquela que obrigava o escolar a se manter com as mãos cruzadas às costas, quer na aula, quer na fila” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 13). O inspetor continuou o seu relato:

Perguntou-me, certa vez, um amigo que acabava de visitar um dos nossos institutos de ensino primário, se os meninos ali eram mantidos sob algemas. Claro é que a pergunta me surpreendeu, e, porque não dizê-lo? me escandalizou. Explicou, então, o meu amigo que, vendo-os passar silenciosos, soturnos, cabisbaixos, sem um raio de vida e de alegria, com as mãos às costas, teve a ideia de um triste, de um tristíssimo bando de algemados. É urgente, é necessário, é imperioso que as nossas crianças das escolas vivam e compreendam a alegria de viver. Para isso, comecemos por quebrar as algemas e deixemos que utilizem das mãos para todas as coisas nobres da vida (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.13).

O cenário descrito pelo “amigo” do inspetor, não correspondia à nova proposta pedagógica, que tinha como objetivo estimular a criança a se movimentar, correr, brincar, para adquirir “bons hábitos e bons conhecimentos” e aprender “a viver a vida tal qual ela é”. Como afirmou Benjamin Ramos Cesar (1935)<sup>26</sup>, no artigo “Pre-história da Pedagogia actual”, “a Pedagogia evoluiu [...] para a systematização doutrinária, calcada em princípios rigorosos e precisos, da sciencia e da arte de educar” (REVISTA DO ENSINO, 1935, p. 12).

Assim, as algemas deveriam ser quebradas para as crianças utilizarem as “mãos para todas as coisas nobres da vida” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 13) e principalmente para o trabalho.

Os assistentes técnicos do ensino atuaram como agentes do estado e foram os articuladores do processo de implantação dos novos métodos e técnicas pedagógicas.

<sup>25</sup> Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO n.º. 34 de junho de 1929.

<sup>26</sup> Aparece como assistente técnico na Revista do Ensino de n.º. 92 de julho, de 1933.

Visitaram as escolas, inspecionaram o trabalho dos professores, prestaram assistência técnica e escreveram artigos sobre a nova pedagogia, com o objetivo de fomentar e disseminar, entre os professores, esses novos referenciais pedagógicos. Não obstante, todas as ações realizadas não asseguraram o redimensionamento pleno das práticas pedagógicas. Alguns professores não se apropriaram das novas determinações normativas e preferiram continuar utilizando as ‘velhas práticas escolares’.

Em vista disso, questionamos, por que isso ocorreu? Será que foi a escassez de recursos, condições materiais e financeiras? Ou foi a falta de uma formação cultural e pedagógica, de base sólida e ampla, que abarcasse mais conhecimentos sobre os conteúdos do ensino e sobre os preceitos metodológicos instituídos? Ou ainda, a causa estava em “la existencia y el peso de [um] conjunto de tradiciones y “regularidades institucionales”, sedimentadas a ló largo del tempo” (VIÑAO, 2000, p.2).

O assistente técnico, Luiz Ernesto (1933), no artigo “Instrução Primária de Minas”, escreveu sobre a falta de recursos e a magnitude da população, aspectos já evidenciados por nós nesse estudo, como fatores que dificultavam o processo de implantação da reforma e a eliminação do analfabetismo:

Ninguém, por certo, dotado de uma pequena parcela de bom senso, será capaz de admitir que um Estado como o de Minas, com uma população de cerca de 7 milhões de almas, possa, dentro dos seus próprios recursos, resolver como seria de desejar, o magno problema da alfabetização das crianças que vivem mergulhadas nas trevas da ignorância. Na verdade tomando-se em consideração os índices estatísticos dos estudiosos no assunto, somos levados a crer que, sendo a população mineira aproximadamente de sete milhões de almas, devem existir entre nós cerca de 1.500.000 de crianças em idade escolar que não recebem instrução alguma. [...] o problema é por demais complexo, e exigir que o mesmo seja resolvido integralmente pelos nossos dirigentes, seria exigir deles um absurdo (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.60).

Entretanto, segundo o inspetor, “Dado o empenho, cada vez mais positivado dos dirigentes mineiros, no sentido da organização cabal e completa do ensino, de modo a abranger todas as classes sociais, estamos convencidos de que, dentro em breves anos, bem menor será” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 61). Daí o estímulo da assistente técnica, Diva de Carvalho Faria (1933)<sup>27</sup>, para continuar a divulgação de forma contínua e prática dos modernos processos pedagógicos, junto aos professores em geral e a sugestão: “é mister ainda que assentemos uma forma de controle que venha favorecer á continuidade dos nossos trabalhos”, como por exemplo: “Ser regulamentar, a cada assistente, a organização, embora sintética, da escrita de sua circunscrição” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.47-49).

Para tratar dos objetivos do trabalho dos inspetores, divulgar as modificações da reforma, “corrigir erros” e consolidar o “plano que se consubstancia na ultima reforma [que] estabeleceu novas normas, baseadas na experiência e na realidade” (REVISTA

<sup>27</sup> Aparece como assistente técnica na Revista do Ensino, nº. 92 de 1933.

DO ENSINO, 1933, p.74) o governo promoveu, uma reunião em Belo Horizonte, com todos os assistentes. O assistente técnico, Abel Fagundes (1933), representando os seus colegas, na reunião<sup>28</sup> dirigiu as seguintes palavras de saudação ao Secretário da Educação e Saúde Pública, Noraldino Lima e a todos os presentes:

Ordenaram-me alguns dos meus colegas, e confirmaram outros que eu recebesse e agradecesse a palavra de animação que do Governo nos vem, neste momento, por intermédio de v. excia [...]. A Escola de Aperfeiçoamento recambiava ao interior do Estado os primeiros operários da Reforma, que de todos os pontos recolhera. E então, desdobrou-se corajosa, contínua e incansável, a obra de assistência técnica, [...] Sobrevieram, porém, as agitações políticas, cujo epílogo foi a revolução brasileira. Alterada de todo em toda a vida nacional, de cujo gravíssimo estado só então se pôde ter idéa exata, os orçamentos do nosso Estado tiveram de restringir o volume das parcelas destinadas ao custeio da educação pública. Perdemos, durante algum tempo, por completo, o contacto com o governo. [...] Tivemos, então que lutar contra tudo. Contra um professorado desanimado, [...] fomos preza de completo desânimo, e tivemos de combater conosco mesmos. Éramos e somos idealistas [...] Ficamos idealistas, porque as crianças das escolas que visitávamos nos recebiam entre risos e nos despediam sob lágrimas, e o orvalho sagrado dessas magníficas alvoradas humanas regava a sementeira do nosso idealismo (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.71-72).

No discurso, Abel Fagundes falou sobre a falta de contato com o governo, o desânimo dos professores e dos assistentes e sobre as “agitações políticas”, que culminaram com a “revolução brasileira” de 1930 que, por sua vez, restringiu o orçamento destinado à educação pública, gerando desalento em todos.

Diante do panorama apresentado, o Inspetor Geral da Instrução, Guerino Casasanta, apelou para o patriotismo, o idealismo e a boa vontade dos inspetores, pois era necessário “reavivar o entusiasmo” nos “estabelecimentos de ensino” e declarou: “as condições econômicas atuais são diferentes”, mas “não pode ser diferente o nosso ideal, que se inspira em motivos superiores do espírito”, portanto era preciso estabelecer “um pacto definitivo e duradouro em prol do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.79) e se adequar à situação do momento.

Conforme descreveu o inspetor Oscar Arthur Guimarães (1934), no artigo “As modificações na reforma do ensino”<sup>29</sup>, instituídas pelo Decreto n.º 10.362, de 1932, visaram a “ajustar, fixando e, definindo melhor, os aspectos técnicos da administração, direção, orientação e fiscalização do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.27).

<sup>28</sup> “Além do Dr. Noraldino Lima e do professor Guerino Casasanta, inspetor geral da Instrução, achavam-se presentes o Sr. Claudionor Lopes, diretor da instrução; dr Levindo Lambert, chefe de gabinete do professor Guerino Casasanta; Delfim Moura, pelo “Minas Gerais”, e os seguintes assistentes técnicos: Srs. Oscar Guimarães, Aimoré Dutra, Ernesto de Melo Brandão, Abel Facundes, José Madureira de Oliveira, Juscelino Theodoro de Aguiar Junior, Luiz de Padua, José de Lima, Otilio Gonçalves, Jose Maximino de Miranda, Salvador Pires Novaes, Raphael Grisi, Adherbal Alvarenga, Ramos Cesar, Anibal Mattos, Emanuel Brandão Fontes, Raymundo Tavares, Raul de Almeida Costa, Alcides Xavier Gouveia, Custodio Leite de Salles, João Resende da Costa, Luiz Cerqueira, José Raymundo Netto, Jason de Moraes, Manoel Penna, Olynto Pereira da Silva, José Paradas, Julio de Oliveira, e Sras. Leonilda Montandon, Benedicta Mello, Diva de Carvalho Faria, Irene Silveira, Leticia Chaves, Helena Penna, Zembra Soares de Sá, Maria Luiza de Almeida Cunha e Zelia Rabello” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.71).

<sup>29</sup> Decretos n.º 7.970-A/1927 e 9.450/1930.

Essa nova lei, para racionalizar o serviço e reduzir despesas, mudou os critérios de contratação dos inspetores, criou o cargo de professora técnica do ensino e previu a instituição de um corpo técnico de assistência ao ensino. O cargo de assistente técnico foi mantido, mas diminuíram as exigências no processo de contratação. Pelo artigo 6º, poderiam ser nomeados para atuarem como assistentes técnicos as “professoras diplomadas pela escola de aperfeiçoamento; as normalistas de 2º grau, diplomadas após a expedição do regulamento de 20 de janeiro de 1928, com 2 anos, pelo menos, de exercício efetivo no magistério estadual e os candidatos classificados até 10º lugar em concurso...” (MINAS GERAIS, 1932, p. 524).

A professora técnica do ensino teria a função de dar suporte pedagógico aos professores dos grupos escolares, no processo de homogeneização das classes, na organização das bibliotecas e dos clubes de leitura, no planejamento de dramatizações, no preparo de lições, de jogos pedagógicos, nas reuniões pedagógicas e em outras atividades escolares (MINAS GERAIS, 1932, p. 527). O corpo técnico de assistência pedagógica ao ensino iria examinar relatórios, fazer sindicâncias e planejar orientações pedagógicas aos professores (MINAS GERAIS, 1932, p. 549).

Segundo o Secretário Noraldino Lima (1932), as mudanças na lei e nos critérios de nomeação dos assistentes técnicos visaram harmonizar “os interesses do ensino, que tanto precisa da colaboração desse aparelho fiscalizador, com as condições pessoais dos que se encontram à altura de desempenhar o cargo”. Desse modo, a assistência técnica deixou de ser exclusividade dos inspetores concursados e diplomados na Escola de Aperfeiçoamento, para ser exercida também pelas professoras técnicas de ensino (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1932).

Os registros do livro das atas de reuniões pedagógicas das professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, indicaram que a professora Maria da Glória Lomonaco deixou o cargo de assistente técnica do ensino e assumiu a nova função de professora técnica: “A Sr.<sup>a</sup> Diretora iniciou a palestra fazendo-nos lembrar, mais uma vez, a proveitosa recomendação da srta, ex-assistente técnica desse Grupo” (ATA DE REUNIÃO, 1933).<sup>30</sup>

Em 1932, Noraldino Lima, o novo Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, apresentou novas medidas para reformular o ensino; retirou a obrigatoriedade da habilitação na Escola de Aperfeiçoamento, reduziu as exigências para a contratação dos assistentes técnicos do ensino e instituiu o cargo de professora técnica, para prestarem assistência técnico-pedagógica nos grupos escolares.

Contudo, os referenciais pedagógicos, baseados na Escola Nova, foram mantidos. A reunião pedagógica, dirigida pela Professora Maria da Glória Lomonaco, em 1933, para as diretoras e as professoras primárias dos Grupos Escolares Júlio Bueno Brandão e ‘Minas Gerais’, apontou a sua permanência:

Aos três dias do mês de agosto de 1933, realizou-se numas das salas do Grupo Escolar “Júlio Bueno Brandão”, a reunião de quinta-feira de acordo com o Regulamento ao Ensino Primário, em vigor. Estavam presentes a Diretora do referido Estabelecimento com o professorado do mesmo e a Diretora do Grupo “Minas Gerais” com diversas

<sup>30</sup> Reunião de nove de fevereiro de 1933, realizada no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão-Uberlândia/MG.

professoras. Constatou a reunião de uma palestra da srta.<sup>a</sup> Maria da Glória Lomonaco. [...] sobre vários assuntos Psico-Pedagógicos. Iniciou, [a palestra] dizendo que a Escola Nova se baseia no estado da alma da criança, ela deve adaptar-se às crianças, [...]. Falou sobre as leis que regem a evolução infantil [...] demorando-se mais no que diz respeito a liberdade da criança. Muitos professores desconhecem o que é a liberdade propriamente dita, deixando seus alunos fazerem o que querem. [...] a liberdade verdadeira ensina cada um a dominar suas vontades. [...] A professora deve, pois orientá-la a fazer o que deve. [...]. A liberdade é sinônimo de atividade. [...] Na Escola Ativa as crianças precisam agir e agir livremente. A ginástica é essencialmente necessária em nossos grupos, como as excursões para satisfação física. [...] (ATA DE REUNIÃO, 1933).<sup>31</sup>

Na reunião, a “professora técnica” tratou de temas “Psico-Pedagógicos”; trouxe o conceito de liberdade associada à atividade e ao domínio da vontade, no sentido de ensinar o aluno fazer o que deve e não o que quer, por fim, reportou-se à ginástica e à excursão como atividades didáticas importantes na escola ativa.

Segundo o relato da assistente técnica de ensino, Helena Penna (1932), nas atividades escolares desenvolvidas pelas professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, os elementos da escola ativa estavam presentes, como por exemplo, os jogos educativos, as dramatizações e as histórias inventadas e ilustradas pelas crianças:

Dia 13 – Classe de III ano B, regida pela prof.<sup>a</sup> Maria Moreira da Costa. Achavam-se presentes 33 alunos dos 36 inscritos. Assisti à aplicação do teste de pontuação, no horário de língua pátria, à dramatização de uma história sobre animais, etc. Examinei as redações escritas na véspera, o bonito álbum de histórias inventadas e ilustradas pelas crianças. Fiz com os alunos “teste” de aritmética, de redação e exercícios de cálculo mental.

Dia 15 – Classe da prof.<sup>a</sup> Glaphyra Coutinho. Turma de III ano B, com 36 alunos. Assisti à leitura dramatizada, à aula de aritmética (cálculos mentais) e a de geografia ministrada sob a forma de um jogo inteligente e muito intuitivo. Assisti, ainda, à lição de ciências naturais sobre a terra, seus movimentos e demais planetas, etc.

Dia 16 – Classe da prof.<sup>a</sup> Alice Faleiro. Estavam presentes 32 alunos dos 34 matriculados. Ouvei a leitura dos alunos, a dramatização sobre Fernão Dias Paes Leme e as aulas de aritmética e de geografia, ministradas de maneira viva e eficiente por meio de jogos educativos. Fiz com os alunos da classe “teste” de divisão e de leitura silenciosa.

Dia 18 – Classe de IV ano A, com 32 alunos [fl.4] matriculados, sob a regência da prof.<sup>a</sup> Ruth de Magalhães Pinto. Assisti à aula de leitura muito boa, a de geografia que consistiu em arguições sobre a América do Sul e do Norte, à vista de mapas desenhados com precisão no quadro, pelos alunos. Depois de examinar os trabalhos dos alunos e o álbum de geografia da classe, dei um “teste” de leitura e redação, podendo, assim, melhor apreciar o adiantamento e a espontaneidade de linguagem das crianças (RELATÓRIO, 1932).<sup>32</sup>

<sup>31</sup> A Reunião aconteceu no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão-Uberlândia/MG.

<sup>32</sup> Relatório realizado no dia 27 de abril, de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Código: ME 2000/00662.

Para adaptar e harmonizar o serviço de inspeção à situação do estado e aos interesses do ensino, novas disposições foram instituídas, mas os assistentes técnicos do ensino continuaram o trabalho de fiscalizar, orientar e estimular os professores na aplicação dos princípios pedagógicos, porque, conforme afirmou o Inspetor geral da instrução, Mario Casasanta (1933), era essa “a tarefa das tarefas; [era] esse o problema dos problemas. O caráter, [...] é o que queremos [...], para engrandecer o Brasil.” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.77).

Em 1938, o governo estabeleceu novas mudanças no serviço de inspeção do ensino. Criou o cargo de auxiliar técnico do Secretário da Educação, para chefiar a inspetoria do ensino e decretou a extinção do serviço de assistência técnica do ensino, para substituir o serviço instituiu a inspetoria de assistência ao ensino e criou o cargo de inspetor técnico regional. Segundo o artigo 4º, do Decreto-Lei nº 38, “poderão ser aproveitados os atuais assistentes técnicos que tiverem demonstrado melhor eficiência no exercício de suas funções” e os “que não forem aposentados, [...] ficarão em disponibilidade remunerada até serem aproveitados em outros cargos” (MINAS GERAIS, 1938, p. 5).

Como previu a lei, os inspetores deixaram de ser assistentes técnicos do ensino e alguns poderiam ser reaproveitados, nomeados e efetivados, como inspetores técnicos regionais, mediante comprovação de competência técnica e dedicação ao serviço e suas atribuições foram redefinidas no sentido de “coordenar o serviço de orientação e assistência técnica na circunscrição, [...] cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos do ensino e as determinações das autoridades superiores” (MINAS GERAIS, 1938, p. 10).

Para fazer dos inspetores técnicos do ensino um agente capaz de realizar a reforma do ensino e modernizar o estado, o governo selecionou os professores de boa formação intelectual, saudáveis e que atestavam uma boa conduta moral e organizou um curso de aperfeiçoamento, sobre as novas diretrizes técnico-pedagógicas. A intenção foi prepará-los e treiná-los para atuarem com eficiência, mobilizando os professores, em torno dessa nova proposta pedagógica e transformando a escola em fator de desenvolvimento social.

Depois do curso, os inspetores orientaram, fiscalizaram, divulgaram e estimularam os professores na aplicação dos métodos e processos de ensino, para dar uma formação moral sólida para o aluno, melhorar o seu caráter e o seu comportamento e ensiná-lo a compreender como viver de acordo com as exigências de uma sociedade moderna. Entretanto, durante todo o transcorrer dos trabalhos os inspetores encontraram obstáculos de diversas ordens: social, cultural, política e econômica, que impediram a realização plena do que foi proposto.

### Considerações Finais

Os dados dos documentos examinados mostraram que os inspetores, em suas visitas, assistiam às atividades práticas da escola e ministravam ‘aulas-modelo’, observavam e avaliavam o desempenho do professor, verificavam as condições físicas, materiais e higiênicas das escolas e elaboravam pareceres. Diferentemente dos grupos escolares, as escolas primárias não tinham acomodações adequadas, o mobiliário e os

equipamentos pedagógicos eram insuficientes e a maioria dos profissionais do ensino não estava preparada. Todavia, os documentos também revelaram que muitos inspetores não se encontravam suficientemente preparados para prestar uma assistência técnico-pedagógica eficiente aos professores.

Nesse sentido, para garantir a consolidação dos ideais republicanos de moralização e civilização popular, em 1927, a Reforma Francisco Campos reestruturou o serviço e os inspetores foram rigorosamente selecionados e treinados, nos novos referenciais pedagógicos, para praticarem uma fiscalização mais efetiva sobre o sistema escolar e prestarem uma assistência técnica e pedagógica eficaz aos professores.

Os relatórios estudados evidenciaram que os assistentes técnicos mais hábeis visitaram as escolas e os grupos escolares, verificaram e orientaram os professores na aplicação dos métodos e processos de ensino, instruíram como planejar as aulas, ministraram ‘aulas-modelo’ e palestras pedagógicas, publicaram artigos sobre os novos princípios do ensino e criticaram os comportamentos inadequados. Desse modo, buscaram impor, produzir e reproduzir o que estava prescrito na lei.

A pesquisa mostrou também, que as condições físicas, materiais e pedagógicas dos grupos escolares eram bem melhores do que as das escolas isoladas. Nos grupos escolares citados, conforme os relatórios dos inspetores, verificamos que os professores, buscavam aplicar os métodos e processos do ensino e se reuniam, periodicamente, para estudar, ouvir as palestras dos inspetores e ler artigos publicados na Revista do Ensino.

No entanto, nas escolas isoladas, foram detectadas más condições físicas, falta de material didático e de mobiliário adequado, irregularidades na aplicação do método do ensino e a falta de preparo do professor e resistência do mesmo, revelando que havia, ainda, muitos “resquícios da velha escola”. Isso demonstrou que houve diferenciação no cuidado e no tratamento das ações entre os grupos escolares e as escolas primárias isoladas e que as dificuldades eram ainda maiores nessas últimas. Muitos professores não se apropriaram das novas determinações normativas e preferiram continuar utilizando as ‘velhas práticas escolares’.

Concluimos que, no movimento de modernização do estado, a educação foi colocada a serviço dos interesses de uma elite dominante, para formatar os futuros trabalhadores e cidadãos. Entretanto, houve dificuldades de diversas ordens: sociais, políticas, econômicas e culturais, que repercutiram nas iniciativas de organizar a instrução pública e de promover a escolarização, para reduzir o analfabetismo e para incutir novos valores morais, cívicos e sociais nos indivíduos. Como foi o caso do serviço de inspeção técnica do ensino e do inspetor escolar, valorizado e reestruturado, em 1906, porém, extinto, em 1938 e substituído por um órgão de menor relevância. Com as mudanças, as inspetoras escolares passaram a ocupar o cargo de professoras técnicas de grupos escolares e os inspetores tidos como competentes continuariam no cargo, como inspetores regionais de ensino e os demais ficariam à disposição do governo.

## Bibliografia

- ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. A Reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011. P. 231-246.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas- SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. P. 5- 30.
- DULCI, Otavio Soares. João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**, dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- OLIVEIRA, Pâmela Faria. **Ações Modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926-1939)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. n. 21, p. 90 – 103, set/out/nov/dez, São Paulo. 2002.
- VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano M. de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. In: **Varia História**. N. 18, p. 203-224, nov, Belo Horizonte, MG: Fafich/UFMG, 1997.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Apêndice In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. P. 461 – 463.
- VAGO, Tarcísio Mauro *et al.* (Orgs.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- VINHAO, Antônio. Culturas escolares y reformas (sobre la natureza histórica de los sistemas e instituições educativas). **Teias**. N. 2, Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Educação/UERJ, p. 99-133, jul./dez, 2000.

*Recebido em novembro de 2014  
Aprovado em fevereiro de 2015*